EDITORIAL



Conselheiro-Substituto **Marcelo Verdini Maia**
Editor-Chefe da Revista Síntese e Presidente do Conselho Superior da ECG/TCE-RJ

A Revista Síntese, fruto do eixo de incentivo à pesquisa da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ), é uma publicação técnico-científica compromissada com a disseminação qualificada do conhecimento nas áreas da Administração Pública, do Controle Externo, da Auditoria, do Direito Público e da Contabilidade aplicada ao Setor Público. Criada em 2006, com circulação regular até 2019, e retomada em 2024 em formato exclusivamente digital e de acesso aberto, a Revista consolida-se como espaço de reflexão, diálogo institucional e intercâmbio de experiências entre o TCE-RJ, a Administração Pública e a comunidade acadêmica, preservando a missão que marcou suas edições anteriores: estimular a produção técnico-científica orientada ao aprimoramento da gestão pública e ao fortalecimento das instituições de controle.

Regulamentada pela Resolução ECG/TCE-RJ n.º 18/2024, e mantida integralmente com recursos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, é disponibilizada de forma livre e gratuita, reafirmando a missão institucional de democratização do conhecimento e da transparência na circulação de ideias e práticas inovadoras. Seu público-alvo abrange Conselheiros, Conselheiros-Substitutos, Procuradores e servidores dos Tribunais de Contas, bem como gestores públicos, pesquisadores, docentes, estudantes e representantes da sociedade civil interessados nos desafios contemporâneos da Administração Pública.

Conforme amplamente destacado nas ações desenvolvidas junto aos jurisdicionados, a ECG/TCE-RJ tem assumido papel central na promoção da capacitação continuada, na difusão de boas práticas e na aproximação entre o Tribunal e os gestores públicos, priorizando a orientação técnica e a construção de soluções consensuais em detrimento de uma lógica exclusivamente sancionatória. Nesse mesmo horizonte institucional insere-se o Prêmio Ministro Gama Filho, iniciativa tradicional da Escola de Contas e Gestão que reafirma o compromisso do TCE-RJ com o estímulo à pesquisa aplicada e à reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos do controle externo. Na edição de 2024, o Prêmio teve como tema “Soluções consensuais de conflitos e os Tribunais de Contas”, evidenciando a centralidade do consensualismo como eixo estruturante de uma atuação mais dialógica, preventiva e orientada à eficiência administrativa. Já na edição de 2025, o tema foi a "Inteligência Artificial e o Controle Externo", com o objetivo de estimular a produção acadêmica sobre a aplicação de IA nos Tribunais de Contas.

A publicação desta edição ocorre em um contexto de importantes avanços institucionais da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, que tem intensificado sua atuação pedagógica, dialógica e preventiva, em consonância com as Diretrizes da Gestão do biênio 2025-2026 e com o Plano Estratégico do Tribunal para o período 2024–2031. Cabe o destaque de especial relevância o processo de credenciamento da ECG/TCE-RJ junto ao Ministério da Educação (MEC), iniciado em 2024, com cadastro ativo no sistema e-MEC e consolidado, em agosto de 2025, com o envio integral das informações institucionais exigidas pelo instrumento de Avaliação Institucional Externa das Escolas de Governo.

Nessa perspectiva, a presente edição concretiza esse propósito ao apresentar uma **edição regular** composta por **10 (dez) artigos** dedicados a temas centrais e contemporâneos do Controle e da Gestão Pública.

A Revista organiza-se em torno dos eixos da consensualidade administrativa, sustentabilidade, controle interno e tecnologia, iniciando-se pelo bloco dedicado à consensualidade. Nesse primeiro conjunto, o artigo “A Consensualidade no âmbito da Administração Pública e os Precedentes Administrativos” estabelece o marco conceitual ao examinar a compatibilidade entre consensualidade e prerrogativas administrativas, propondo uma releitura do interesse público orientada pela eficiência e pela boa administração, com destaque para o papel dos precedentes na superação

de uma cultura excessivamente litigiosa. Em sequência, o estudo “Consensualismo nos Tribunais de Contas: evolução e perspectivas” analisa a consolidação dessas práticas entre 2020 e 2025, evidenciando a transição para um modelo de controle mais dialógico e preventivo, ao mesmo tempo em que aponta desafios de maturação institucional e de mensuração de resultados. Encerrando o bloco, o artigo “Termo de Ajustamento de Gestão: uma abordagem propositiva para incremento quantitativo e qualitativo de soluções consensuais nos tribunais de contas brasileiros” avança para o plano instrumental, ao discutir estratégias normativas e culturais capazes de ampliar o uso dos termos de ajustamento como alternativa qualificada ao controle sancionador, reforçando práticas colaborativas no âmbito do controle externo.

No eixo da sustentabilidade, o artigo “O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8 da Agenda 2030 da ONU e as regulamentações de Trabalho Remoto nos Tribunais de Contas” analisa o grau de alinhamento das normas que disciplinam o trabalho remoto nessas instituições com o ODS nº 8 da Agenda 2030, voltado à promoção do trabalho decente e do crescimento econômico sustentável. A pesquisa identifica desafios e oportunidades associados a esse modelo laboral e apresenta recomendações para compatibilizar flexibilidade organizacional, proteção ao trabalho e desenvolvimento sustentável no âmbito dos Tribunais de Contas.

No eixo temático do fortalecimento do controle interno e da governança pública, três artigos dialogam de forma complementar ao abordar diferentes níveis e instrumentos de avaliação institucional. A partir de uma perspectiva conceitual e metodológica, o estudo sobre a adoção do framework COSO propõe sua adaptação como ferramenta prática para diagnósticos mais precisos do controle interno na administração pública, contribuindo para a gestão de riscos e a *accountability*. Em uma aplicação empírica no âmbito do Poder Legislativo municipal, a avaliação do Sistema de Controle Interno de Cachoeiras de Macacu/RJ, por meio do indicador i-Controle, evidencia avanços iniciais, ao mesmo tempo em que revela desafios estruturais relacionados à governança e ao ambiente de controle. Complementarmente, a análise do nível de maturidade da Auditoria Interna do TCE-RJ, à luz do modelo IA-CM, amplia o debate ao demonstrar a necessidade de institucionalização de políticas e processos como condição para a evolução da função de auditoria e o fortalecimento da governança interna.

No eixo dedicado à inovação tecnológica aplicada ao controle externo, três artigos exploram, de forma articulada, como o uso estratégico de dados e inteligência artificial pode ampliar a transparência, a eficiência e a capacidade preventiva das instituições de controle. O estudo sobre o aperfeiçoamento do SIGFIS propõe soluções voltadas à padronização e integração de informações, fortalecendo o monitoramento dos contratos de gestão com Organizações Sociais e a efetividade da fiscalização. Em complemento, a pesquisa que desenvolve uma metodologia automatizada para a coleta e identificação de atos administrativos nos Diários Oficiais do TCE-RJ demonstra o potencial da mineração de dados, do processamento de linguagem natural e do aprendizado de máquina para transformar grandes volumes de informações desestruturadas em insumos qualificados para o controle. Por fim, a análise do uso da inteligência artificial em auditorias de licitações, a partir do caso do robô Alice na CGU e no TCU, evidencia ganhos concretos de eficiência e o avanço para um modelo de auditoria contínua, preventiva e orientada a riscos.

Complementarmente, o **Dossiê Temático** desta edição é dedicado à Auditoria Financeira Governamental, reunindo **04 (quatro) artigos** que discutem, sob diferentes perspectivas, a relação entre controles internos e a qualidade da opinião de auditoria, a eficácia das técnicas de amostragem, a adaptação de ferramentas de gestão de processos ao contexto das auditorias financeiras e os desafios da consolidação do passivo atuarial no setor público. O conjunto reforça a centralidade da auditoria financeira como instrumento estratégico de *accountability*, transparência e qualificação da informação contábil no setor público.

A Revista Síntese reafirma-se não apenas como veículo de divulgação científica, mas como instrumento estratégico da política institucional de capacitação, pesquisa e inovação do TCE-RJ, integrando produção acadêmica, experiência prática e compromisso com o interesse público. Ao reunir artigos que harmonizam teoria e prática, a Revista contribui para o fortalecimento do controle externo, para o aprimoramento das políticas públicas e para a consolidação de uma Administração Pública mais eficiente, transparente e orientada a resultados, em benefício direto da sociedade fluminense.

Desejo a todos uma excelente leitura!